

Por políticas amplas e efetivas de Permanência Estudantil

Ao longo da luta histórica em defesa do Ensino Público e Gratuito, na qual a Adusp tem continuamente participado desde a sua fundação em 1977, alguns eixos tornaram-se centrais. A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a formação de profissionais criativos, críticos e capazes de tornarem-se sujeitos da nossa história social, a autonomia das instituições de ensino públicas em relação ao aparelho do Estado, a partidos políticos e a crenças religiosas, são exemplos de alguns dos pilares que consideramos fundamentais para a construção de um sistema público de Ensino em todos os níveis. Também fundamental é a concepção de que o acesso ao ensino, em todos os níveis, **é um direito social** (e não um serviço prestado à população), sendo, portanto, dever do Estado. Além disso, consideramos o exercício da atividade educacional na esfera privada como concessão de serviço público, merecedor, portanto, de controles rígidos de qualidade.

Em árdua luta, o movimento social de professores, funcionários e estudantes, juntamente com outras forças da sociedade civil, conseguiu inscrever na Constituição Federal de 1988 (CF/88), se não todos, muitos dos princípios acima. A partir mesmo do momento em que foi aprovada a CF/88, iniciou-se o movimento da elite que controla o país de modificá-la, retirando, seja via emendas constitucionais, seja por não permitir a necessária regulamentação, direitos individuais e sociais centrais para o exercício pleno da cidadania.

Gratuidade ativa

É neste quadro que precisamos entender a questão das políticas de **permanência estudantil**, que era conhecida, nos idos tempos em que a UNE representava a luta social aberta em defesa da Educação Pública, Gratuita e Laica para todos, como **gratuidade ativa**. O fato de ser um direito de todos e dever do Estado, acarreta, imediatamente, que os meios para ser exercido devem estar à disposição de todos que necessitarem. De pouco adianta, por exemplo, a USP, Unesp e Unicamp serem gratuitas, se uma parcela significativa dos nossos estudantes não possui os meios para cursá-las.

Por falta de recursos para moradia, alimentação, transporte, material acadêmico, entre outros fatores, muitos estudantes são obrigados a abandonar seus cursos, após o enorme esforço que fizeram para transpor o vestibular. Torna-se, portanto, essencial que se construam políticas amplas e efetivas de gratuidade ativa — ou

Reunião entre Fórum e comissão técnica do Cruesp

A reunião ocorrida no dia 10/10/07 do Fórum das Seis com a comissão técnica do Cruesp teve como ponto de pauta as políticas de permanência estudantil. No dia 24/10, ocorrerá reunião sobre a questão orçamentária. Finalmente, no dia 31/10 ocorrerá uma reunião de negociação com o Cruesp, quando serão discutidas, inclusive, questões salariais.

Na reunião de 10/10 o Fórum apresentou para a comissão técnica do Cruesp as despesas orçamentárias que devem ser incluídas como correspondendo às políticas

de permanência estudantil. O Fórum deixou claro que tais políticas devem ter como finalidade garantir aos estudantes mais desfavorecidos condições de estudo equivalentes às de seus colegas em melhor situação econômica. Os retornos sociais dessas políticas incluem a conclusão dos cursos em tempos menores, a melhor qualidade da formação e menor evasão.

Entre estas despesas estão as com alimentação, com saúde e com moradia. Quanto às bolsas, o Fórum das Seis deixou claro que só de-

vem ser consideradas como correspondendo à política de permanência aquelas concedidas pelas universidades, com seus recursos e tendo exclusivamente como base critérios sócio-econômicos. Esse detalhamento é necessário para que seja possível estabelecer diretrizes políticas adequadas.

O Fórum solicitou à comissão técnica do Cruesp que uniformize as informações das três universidades com base nos critérios acima e espera que isso seja feito antes da reunião com o Cruesp do dia 31/10.

permanência estudantil — em todos os níveis. Além da garantia ao exercício do direito social à Educação, o retorno social dessas políticas inclui a conclusão de cursos em tempos menores, menor índice de reprovação, melhoria da formação dos estudantes e diminuição

acentuada da evasão. Está claro que o estabelecimento dessas políticas de permanência, um direito dos estudantes, é também do interesse dos docentes, das próprias instituições educacionais e de toda a sociedade.

Em particular, nas universidades estaduais, o Cruesp

deve estar disposto a um diálogo construtivo com o Fórum das Seis acerca desse tema, propiciando a construção de políticas de gratuidade ativa que possam atender toda a demanda qualificada, sendo necessário debater os critérios sócio-econômicos que irão caracterizá-la.

ICMS cresce...

A pauta de reivindicações entregue pelo Fórum das Seis ao Cruesp em abril contém a proposta de uma parcela fixa no reajuste salarial. No comunicado nº 3, de junho de 2007, o Cruesp propõe que 75% dos recursos adicionais destinados às universidades a partir do patamar de R\$ 43,62 bilhões, sejam

utilizados para pagamento da parcela fixa.

Como o orçamento das Universidades foi elaborado com base na previsão governamental de arrecadação anual de ICMS de R\$ 43,25 bilhões, colocar um patamar de R\$ 43,62 bilhões implica um acréscimo sem destinação definida de 9,57% da diferença entre esses valores.

O Fórum das Seis defende que da quantia que ultrapassar o valor de R\$ 43,250

bilhões, 88% sejam destinados à parcela fixa, 10% para custeio, e 2% à ampliação de recursos para permanência estudantil.

De janeiro a agosto de 2007 o ICMS cresceu 13,1% em relação ao mesmo período de 2006. Mantido este índice até o final do ano, a arrecadação será de R\$ 45,3 bilhões em 2007. Supondo que se repita o valor nominal de julho/07 até o fim do ano, a arrecadação será de

R\$ 44,7 bilhões. Portanto, mesmo seguindo a proposta de Cruesp, **há espaço para o pagamento da parcela fixa.**

Reuniões

No dia 24/10 haverá uma reunião técnica entre o Fórum e Cruesp para análise do comportamento do ICMS, e em 31/10 teremos nova rodada de negociação com o Cruesp. É fundamental que nos mobilizemos em defesa de nossas reivindicações!

A Universidade Virtual segundo Vogt

Mal assumira a Secretaria de Ensino Superior, o professor Carlos Vogt já anunciou a criação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Um folheto de 18 páginas, “Detalhamento operacional e orçamentário preliminar da proposta de implantação do programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo”, apresenta as principais linhas dessa “universidade”. A julgar pela capa, a equipe “responsável” pelo programa é formada pelo próprio secretário Vogt (coordenador) e os professores Waldomiro Loyolla, Geraldo Di Giovanni e Jocimar Archangelo. Vejamos o que é autoproclamado.

De acordo com o documento, a “pedra basilar” da Univesp seria seu “foco social, promovendo a educação dentro de um ciclo virtuoso”, o que implicaria “prover o aperfeiçoamento da formação dos seus professores, que por sua vez oferecerão uma melhor formação a seus alunos, que poderão tornar-se melhores professores e mesmo melhores profissionais”.

A idéia seria iniciar um ciclo “de retroalimentação educacional para promover uma educação pública mais ampla e de crescente qualidade”, de acordo com a premissa de que tal início de ciclo seria “caracterizado pelo oferecimento exclusivo de formação superior a professores em atividade e que ainda não a possuem”. O texto destaca que “o próprio Estado necessita da formação de melhores professores, mas sem que estes se ausentem de suas atividades”.

Posteriormente, a Univesp passaria a oferecer “incremento da formação de professores que já detenham diploma de nível superior”, e,

depois, trataria de ampliar “o atendimento da demanda social ao oferecer ensino superior de qualidade a pessoas que não tenham outra condição de frequentar um curso superior”.

Preferências

Assim, o contingente preferencial da fase de implantação da Univesp seria constituído por 32 mil professores do ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, “que ministram aulas em escolas urbanas e têm apenas o ensino médio completo”, mais 2 mil professores “que ministram aulas de 5ª a 8ª séries e também não possuem curso superior”, e outros 2 mil professores “que atuam na educação de jovens e adultos e na educação especial no Estado”.

O texto sustenta que os cursos de graduação a serem oferecidos pela Univesp aos 36 mil professores dessa leva inicial devem ser elencados com base nas “condições atuais” e nas “necessidades mais prementes do Estado em função dos recentes resultados do Saeb”, o Sistema de Avaliação da Educação Básica. E afirma que tais critérios resultaram numa relação de cursos que inclui Pedagogia e cinco licenciaturas: em Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia.

A pretensão é oferecer “ao menos mil vagas para cada um dos cursos de graduação propostos, alcançando 8 mil professores atendidos já durante o primeiro ano dos trabalhos”, os quais terão condições de “ao final de três anos de estudo já disporem de curso superior completo e ainda terem perfeita aderência da sua formação com as atividades desenvolvidas”.

“Sinergia”

O modelo operacional da Univesp teria como base a

“sinergia pedagógica das universidades estaduais com o apoio comunicacional da linguagem televisiva, o alcance e a grande abrangência geográfica oferecidos pela Tv Cultura”, o que permitiria “apresentar programas-aula a um grande público disperso por todo o Estado usando um tipo de comunicação de ampla absorção pela sociedade brasileira”. Ao apresentar tal projeto ao Reitor e a outros dirigentes da Unesp, em 2/10, Vogt informou que a implantação da Tv digital permitirá a canais de sinal aberto oferecer entre quatro e seis programações simultâneas. “Queremos utilizar um desses canais da Cultura para a Univesp”, disse o Secretário.

Segundo o “Detalhamento operacional e orçamentário preliminar”, estudos e atividades desenvolvidas pelos alunos ocorreriam “tanto de forma presencial em pólos de apoio como por telefone e pela internet”, e aulas laboratoriais e avaliações aconteceriam “de modo presencial nos mesmos pólos”, que estariam sediados nas universidades públicas estaduais.

No modelo projetado por Vogt, caberia às universidades não só oferecer cursos, “tanto de forma consorciada como isolada”, a estrutura física dos seus *campi* e os laboratórios, mas também disponibilizar alunos, que poderiam “atuar como monitores das turmas”. Com isso, “haveria 30 cidades com pólos na fase inicial de implantação” da Univesp. Caberia à Fapesp o papel de “desenvolver alguns modelos de programas de amparo à iniciação pedagógica, incentivando a que mestrados, e mesmo concluintes de cursos, desenvolvessem os trabalhos de tutoria”.

O folheto estima custos totais de R\$ 158,5 milhões nos primeiros seis anos de implantação do projeto. Ao final desse período, calcula que o número de alunos formados em cursos de graduação e especialização chegue a 52 mil (já descontado um índice de evasão de 10%), havendo outros 27 mil em atividade nos cursos. Assim, “o custo total de cada aluno formado é próximo de 3.000 reais”.

Avaliação preliminar

Há tempos, insistimos na necessidade de ampliar o número de vagas no ensino superior público. Isso faz parte da defesa do direito de todos à Educação, com base em quatro premissas básicas – ser pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada – e ser garantida pelo poder público.

A modalidade ensino à distância (EaD) tem sido propalada pelos governantes, à exaustão, como alternativa viável para aumentar o número de vagas no ensino superior em pouco tempo. Entretanto, o contexto sócio-político que permeia esse tipo de proposta coloca questões essenciais que, aparentemente, seus defensores persistem em ignorar e é preciso que nossa categoria as discuta.

A falta de compromisso de sucessivos governos com a Educação pública no estado de São Paulo resultou na fragmentação da área e na insuficiência crônica de recursos para a manutenção e o aprimoramento do seu sistema de educação pública. Isso fica bem explícito, por exemplo, no recente ataque promovido pelos decretos de Serra às universidades, na resistência do executivo e do legislativo em discutir o Plano Estadual de Educação, na disputa anual na LDO so-

bre o repasse da cota parte do Estado do ICMS para as universidades (há mais de uma década em 9,57%), e também na recorrente recusa de sub-vincular recursos para o Centro Paula Souza. Tudo isso, a despeito da ampliação de vagas ocorrida nos últimos anos nas universidades, e da expansão de Fatecs realizada de forma irresponsável pelos governantes no Estado.

Agora, com essa proposta de “universidade virtual”, fica cada vez mais claro o papel que o governo tenta atribuir à “educação superior”: instituir ensino de qualidade diversificada para diferentes parcelas da sociedade, preservando os “centros de excelência” para a formação dos quadros dirigentes e o EaD e outras formas aligeiradas de ensino para a maioria da população que consegue ter acesso a esse nível de ensino. Resultados altamente prováveis: pesquisadores separados do papel da docência e quebra do tripé que deve caracterizar as universidades: ensino, pesquisa e extensão.

É inegável a potencial contribuição das novas técnicas de informação e comunicação para a otimização do ensino e da aprendizagem, sendo portanto ferramentas importantes a serem assimiladas no processo educacional. Mas a verdadeira formação para a cidadania exige relações presenciais, professores bem formados e estudantes livres para desenvolverem trocas cognitivas que demandam ações artesanais, espaços de diálogo e discussão, condições reais para o exercício da construção de saberes cada vez mais úteis à sociedade.

Salvo melhor juízo, não parece ser esse o teor da proposta da Univesp.

Adusp oficia e envia dossiê à CPI das ongs

O Senado acaba de instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a transferência de recursos federais para organizações não governamentais (ong's) e organizações da sociedade civil de interesse público (oscips). No dia 8/10, a Adusp enviou ofício ao senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que preside a CPI, anunciando a disposição da entidade de colaborar com os trabalhos de apuração e encaminhando um dossiê constituído por publicações da própria Adusp e do Andes-SN.

“Prezado Sr.,

A Associação dos Docentes da USP (Adusp) tomou ciência da criação de CPI, a ser presidida por V. Excia., cuja finalidade será a apuração da liberação “pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais-ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público-OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Com o intuito de colaborar nos trabalhos da CPI, esta Associação toma a liberdade de encaminhar a V. Excia. uma série de publicações, por ela editadas, que abordam em profundidade o relacionamento, no período em questão, entre o governo federal e diversas ONGs, OSCIPs e entidades assemelhadas, especialmente as chamadas “fundações de apoio” que atuam nas universidades públicas.

O material publicado demonstra que essas entidades têm interferido de forma negativa no funcionamento das universidades públicas, estaduais e federais, distorcendo o ensino, a pesquisa e a extensão de interesse social — além de incorrer em inúmeras ilegalidades, o que tem ensejado,

da parte dos órgãos públicos encarregados da fiscalização, como Ministério Público (estaduais e federal), Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, inúmeras advertências, processos e punições.

Apenas a título de exemplo, chamamos a atenção de V. Excia. para os seguintes casos:

— Universidade Federal de São Paulo: essa instituição federal de ensino vem transferindo ilegalmente várias de suas atribuições a entidades privadas, especialmente para a organização social SPDM e a fundação FAp. Esta gerencia 98 cursos pagos, proibidos pelo artigo 206 da Constituição Federal, e 40 convênios de pesquisa com a iniciativa privada (vide *Revista Adusp* edição 40, p. 21-28).

— Universidade de Brasília: a Fundação Universidade de Brasília celebra contratos com o poder público e depois os repassa, ilegalmente, para fundações privadas. Estas também têm celebrado contratos de dezenas de milhões de reais com o governo federal, sem licitação, para realizar tarefas que requerem uma especialização que elas não têm (vide “Dossiê Nacional” nº 1, *Andes*, p. 27-34).

— Universidade Federal de Santa Catarina: beneficiária de generosas verbas do Finep, a Fundação

de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feese), entidade privada “de apoio”, deve R\$ 5 milhões ao INSS e vinha pagando funcionários como se fossem prestadores de serviços, o que levou o Ministério Público Estadual a pedir intervenção do poder público. Em fevereiro de 2007, a justiça afastou a diretoria da Feesc por seis meses e nomeou uma interventora (vide *Revista Adusp* 40, p. 39-41).

— BNDES: a Fundação Zerbini, que gerencia o Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, obteve no banco, em 1997, um empréstimo de R\$ 69 milhões, que não conseguiu quitar nos anos seguintes. Uma renegociação da dívida foi realizada em 2003, sobre o montante atualizado de R\$ 120 milhões, mas também não foi honrada pela Fundação Zerbini. Isso não impediu que, entre 2003 e 2006, o governo federal repassasse à instituição outros R\$ 108 milhões (vide *Revista Adusp* edições 24, 36 e 40). Atualmente, o BNDES fala em executar a dívida, penhorando os bens da fundação.

— Ministério do Esporte: contratou recentemente sem licitação, por R\$ 12 milhões, uma entidade privada, a Fundação Instituto de Administração (FIA), para realizar a fiscalização das obras dos Jogos

Pan-Americanos. O TCU considera que a FIA não tem competência legal para substituir o Ministério na fiscalização de obras financiadas por recursos federais; além disso, foram utilizados estagiários no trabalho. A FIA tem sido beneficiada por inúmeros outros contratos sem licitação com o Banco do Brasil e outros entes federais, os quais, apenas entre 1997 e 1999, totalizaram R\$ 32 milhões segundo o TCU (vide *Revista Adusp* 23, p. 56-62, e 40, p. 70).

— Órgãos governamentais como Finep, CNPq e Capes, e empresas estatais como a Petrobras, têm exigido ou incentivado, em convênios, acordos e contratos firmados com universidades públicas, que os recursos repassados sejam intermediados e administrados com interveniência de tais fundações privadas, ditas de apoio (vide *Revista Adusp* 39, p. 57-65).

Muitos outros casos, também importantes, são relatados detalhadamente nas publicações que enviamos.

Estamos à disposição da CPI para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Otaviano Helene
Presidente da Associação dos Docentes da USP”

Ideb em debate

No dia 17/10, o presidente da Adusp, Otaviano Helene, participou com os professores Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e Luiz Carlos de Freitas, da Faculdade de Educação da Unicamp, da mesa “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e melhoria da edu-

cação”, parte do Seminário “Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em Debate”, organizado por pesquisadores das estaduais paulistas, realizado na Faculdade de Educação da USP e transmitido por videoconferência para outros *campi*.

O Ideb é um indicador calculado com base em exames realizados pelos estudantes do

Ensino Básico e em taxas de aprovação. Através do Ideb, o Inep estipulou metas específicas que devem ser seguidas por Estados e municípios que aderirem ao “Compromisso Todos pela Educação”, o que, na opinião de Reynaldo Fernandes, é um ponto “muito importante”, “na verdade é dizer ‘nós queremos chegar lá’, e para cada um: ‘sua contribuição teria que ser essa para que o Brasil atingisse o nível dos países médios’”.

O professor Otaviano Helene argumentou que para melhorar o sistema educacional brasileiro “a gente não precisa de mais um indicador”, bastando usar os existentes, mais do que suficientes para indicar as ações necessárias. O problema central do sistema educacional brasileiro é o financiamento. Com os 3,5% do PIB nacional hoje investidos na educação pública, “não é possível resolver os problemas do sistema edu-

cacional, qualquer que seja o indicador” adotado.

Já o professor Luís Carlos de Freitas questionou a capacidade de o MEC, por intermédio do Ideb, induzir melhorias no sistema educacional e traçar políticas para o setor: “Não vejo possibilidade de, desde Brasília, sairmos controlando o que acontece em 50 mil escolas espalhadas pelo Brasil, e essa é a real intenção, aumentar o grau de controle sobre as escolas”.

Ato na Paulista exigiu mais democracia e transparência nas concessões de rádio e TV

No dia 5/10, alguns trechos da Avenida Paulista foram ocupados, por cerca de três horas, por um grupo formado por jornalistas, comunicadores sociais, sindicalistas, estudantes, feministas, trabalhadores sem-terra e outros militantes de movimentos sociais, que protestavam contra a falta de transparência que caracteriza, no Brasil, os processos de concessão de canais de televisão e frequências de rádio, e sua renovação praticamente automática pelo Congresso Nacional.

Os manifestantes reuniram-se nas escadarias da TV Gazeta. Depois seguiram em passeata até o Masp, onde foi realizado o ato. Em seguida, dirigiram-se até o prédio da CBS, também na Avenida Paulista, onde estão situados estúdios de várias emissoras comerciais de rádio possuidoras de outorgas vencidas ou em situação irregular, e “lacraram” simbolicamente o local. Balões de gás coloridos, com a inscrição “Concessões de rádio e TV: quem manda é você!”, deram

corpo à passeata e depois foram soltos no ar.

Compareceram ao ato para manifestar apoio o presidente nacional da CUT, Arthur Henrique, e os deputados federais Ivan Valente (PSOL-SP) e Lúiza Erundina (PSB-SP). Destacou-se o fato de que muitos parlamentares e o próprio ministro das Comunicações, Hélio Costa, são proprietários de emissoras. Diversos oradores externaram repúdio a uma matéria de capa da revista *Vêja*, em que Che Guevara é descrito como um “assassino” e um “fracasso”.

Em diversas capitais ocorreram atos semelhantes, coordenados por entidades e movimentos agrupados na Campanha por Democracia e Transparência nas Concessões de Rádio e TV. Na mesma data, venceram diversas concessões de televisão em todo o país, entre elas as outorgas das cinco emissoras próprias da Rede Globo (situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife) e as da Bandeirantes, da Record e da CNT/Gazeta.

Ação do Gatilho

No dia 4/10, a diretoria da Adusp enviou à Reitoria um ofício solicitando que, cumprindo compromisso firmado, marcas-se reuniões para continuarmos a discussão acerca da lista de beneficiários da ação do Gatilho, bem como do método de cálculo da dívida do ano de 1987. Sobre a incorporação de

32,96% no salário dos beneficiários, além do pagamento dos atrasados correspondente a este valor, que constam da sentença, não há qualquer dúvida. Até o momento não houve resposta da Reitoria. A Adusp continuará tomando todas as providências para que a sentença do juiz seja cumprida.

Correção

Há um equívoco na matéria publicada no *Informativo Adusp 245*. O acréscimo de verba que as Universidades teriam à sua disposição não seria de R\$ 370 milhões, como publicado, e sim de 9,57% desse valor.



Manifestação de 5/10 na Avenida Paulista: pela primeira vez, falta de critérios é contestada publicamente

Fúria inquisitória na Fundação Santo André

PM volta a desocupar faculdade e reitor Bermelho processa dezenas de docentes e estudantes

Na madrugada de 18/10, uma tropa de choque da Polícia Militar, reforçada por soldados à paisana, voltou a atuar no Centro Universitário da Fundação Santo André, retirando uma centena de estudantes e professores que estavam acampados no prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (Fafil). Desta vez, não houve a violência de um mês antes (*Informativo Adusp 245*), mas os PMs filmaram os manifestantes e ameaçaram de prisão docentes que tentaram evitar a desocupação.

Os universitários querem o afastamento do reitor Odair Bermelho. Foi ele quem convocou a PM a fazer

a retirada em 13/9, quando se registraram cenas de truculência policial. O motivo dos protestos iniciais foi a tentativa da Reitoria de reajustar em até 100% as mensalidades de alguns cursos. Após a primeira operação policial, estudantes e professores da Fafil entraram em greve, fizeram passeatas e promoveram um “tribunal” que julgou a conduta de Bermelho.

A Reitoria, que já ingressara, na 3ª Vara Cível de Santo André, com uma ação contra 29 professores e 21 estudantes, vai ampliar o processo, incluindo nele os nomes dos manifestantes que foram obri-

gados pela PM a identificar-se ao deixar o prédio da Fafil. Entre os docentes processados encontra-se até mesmo uma professora que não participou do movimento e se encontra atualmente no exterior.

Lúcia Rodrigues, professora da História da Economia, conversava por celular com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tentando intermediar uma negociação com a tropa de choque, quando o oficial PM que comandava a operação ameaçou algemá-la e encaminhá-la, presa, à delegacia de polícia. Um vereador de Santo André foi impedido de ingressar no local.